



Bradesco Seguros

Kirton Vida e Previdência S.A.

(atual denominação da HSBC Vida e Previdência (Brasil) S.A.)

CNPJ Nº 05.607.427/0001-76

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Kirton Vida e Previdência S.A. (atual denominação da HSBC Vida e Previdência (Brasil) S.A.), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer dos Atuários Independentes.

Mercado
De acordo com as informações divulgadas pela SUSEP, data-base novembro de 2017, o mercado de Previdência Complementar Aberta em termos de contribuições cresceu 7,6% no ano de 2017, se comparado ao ano anterior.

Desempenho das Operações de Seguros e Previdência Complementar
A Kirton Vida e Previdência S.A. apresentou, no exercício de 2017, Lucro Líquido de R\$120,9 milhões (R\$54,6 milhões no exercício de 2016), representando uma rentabilidade de 29,46% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

As receitas de Contribuições de Plano de Aposentadoria, Pensão Pecúlio, somadas aos Prêmios do VGBL, totalizaram no exercício de 2017 o valor de R\$ 1.077,8 milhões (R\$ 1.505,4 milhões em 2016). O resultado de prêmios de seguros de Pessoas foi de R\$24,0 milhões (R\$24,6 milhões em 31 de dezembro de 2016).

As Provisões Técnicas somaram R\$ 13.508,5 milhões (R\$ 13.872,1 milhões em 31 de dezembro de 2016), os investimentos atingiram R\$ 14.029,0 milhões (R\$14.315,2 milhões em 31 de dezembro de 2016).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
Os acionistas da Kirton Vida e Previdência S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Eventos Societários
Em 08 de junho de 2016, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a venda das operações do Grupo HSBC no Brasil ao Banco Bradesco S.A. Essa decisão concluiu o processo de aprovações regulatórias para a transação, após as autorizações do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Sociedade integrou o Grupo HSBC no Brasil até 30 de junho de 2016. A partir de 01 de julho de 2016, com a transferência de controle efetivo, a Companhia passou a fazer parte da Organização Bradesco, passando a operar sob as diretrizes do novo controlador.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 01 de julho de 2016, foi deliberada a reformulação do Estatuto Social, adaptando-o aos das demais empresas do Grupo Bradesco, destacando-se a alteração da razão social para Kirton Vida e Previdência S.A. e a nova composição e estrutura societária da administração da Companhia, a qual foi aprovada em 26 de agosto de 2016 pela SUSEP através da Portaria SUSEP nº 69/2016, divulgada no Diário Oficial da União em 02 de setembro de 2016.

Em 14 de fevereiro de 2017 a Companhia protocolou na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) o pedido de reorganização societária das empresas do Grupo Bradesco Seguros, que fora aprovado e que, prevê, entre outros a incorporação da Kirton Vida e Previdência S.A. pela Bradesco Vida e Previdência S.A..

Investimentos
Os Ativos financeiros estão classificados nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado", "Disponível para Venda" e "Mantidos até o Vencimento", conforme normas contábeis em vigor. De acordo com o disposto nas normas, a Kirton Vida e Previdência S.A., declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez
O Grupo Bradesco, do qual a Kirton Vida e Previdência faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos completamente implantada, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno para alcançar os objetivos estratégicos, assegurar o acurramento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação nas empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, visando o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco se reúnem, trimestralmente, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes. As sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), e liquidez em relação ao capital de risco.

Governança Corporativa

Com o objetivo de preservar a confiabilidade e sempre contribuir para o desenvolvimento organizacional sustentável, o sistema de governança corporativa prevê relações entre as partes interessadas, externas e internas, as devidas prestações de contas baseadas em princípios de equidade, transparência e ética e uma gestão que busque sempre a excelência em seus processos, em conjunto com ferramentas eficientes de monitoramento, assegurando a aderência regulatória e a preservação dos valores estabelecidos nos Códigos de Conduta Ética da Organização Bradesco e Códigos de Conduta Ética Setoriais.

Fundamentados nessas premissas, mecanismos implementados colaboram na administração da Kirton Vida e Previdência: uma estrutura de comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões de conduta e de responsabilidade corporativa; canais de comunicação para acolher opiniões, críticas, reclamações e informações sobre violações aos princípios contidos no Código de Conduta Ética, tratadas com confidencialidade; normas e procedimentos internos para traçar com clareza as diretrizes e responsabilidades de todos os profissionais que fazem parte do Grupo Bradesco.

Controles Internos e Compliance

A conformidade às leis e regulamentações é item indispensável nas atividades de Controles Internos e Compliance do Grupo Bradesco. Para a garantia desse item, a monitoria da publicação de normativos pelos Órgãos Reguladores é realizada diariamente, seguida do acompanhamento das ações necessárias até a respectiva implementação para o atendimento regulatório.

Ainda, em atendimento às determinações legais e baseado na política da Organização Bradesco, a Kirton Vida e Previdência realiza tempestivamente testes de aderência dos controles, avaliando sua efetividade na mitigação dos riscos, de acordo com os requerimentos da seção 404 da Lei Americana *Sarbanes-Oxley* e/ou com os principais frameworks de controles, como o *COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e o *COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology)*. Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, visando proporcionar segurança razoável para o alcance dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração da empresa, ao Comitê de Controles Internos e Compliance e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Kirton Vida e Previdência, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações editadas pelos órgãos competentes e, principalmente, cooperando com os esforços das autoridades governamentais, nacionais e internacionais, de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Companhia atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura prevê a análise individualizada de suspeição e a comunicação de propostas, operações ou situações com indícios ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), bem como a atuação do Comitê Executivo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, que objetiva acompanhar a efetividade das atividades relacionadas ao assunto no Grupo Bradesco.

Destaca-se também o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrange palestras, curso à distância e disponibilização de cartilhas.

Prevenção à Fraude

A Kirton Vida e Previdência coibe e busca combater toda prática ou negócio com indícios de fraude ou qualquer outra prática ilícita, independentemente de sua proporção. Mantém-se também vigilante na prevenção e detecção dessas possíveis ocorrências, minimizando seus riscos operacionais, legais e reputacionais, assegurando assim a aderência às regulamentações vigentes. Dada a importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos e também disponibiliza diferentes canais de denúncia aos funcionários e à sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, acompanhando e apurando, quando cabível, as operações que apresentam indícios de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

Quando da ocorrência de um evento inesperado que venha interromper suas operações, a Kirton Vida e Previdência está preparada para continuar seus processos críticos e essenciais de negócios, em especial aqueles que afetam o cliente, através do Plano de Continuidade de Negócios (PCN). Trata-se de um conjunto de atividades, garantido por simulações e testes programados ou não, que visa assegurar a manutenção de suas operações, minimizando os efeitos e as perdas decorrentes de interrupções não previstas.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Kirton Vida e Previdência. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nesta linha, são analisadas normas e regulamentos de caráter interno e externo que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e de Normas Corporativas de Segurança da Informação, da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Atividades Obrigatórias

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

São Paulo, 30 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Ativo circulante		13.091.628	13.499.053
Disponível		5.526	4.798
Caixa e bancos		5.526	4.798
Aplicações	4	13.060.090	13.449.075
Outros créditos operacionais		11	8.561
Ativos de resseguro e retrocessão		853	2.019
Títulos e créditos a receber		25.148	30.514
Títulos e créditos a receber	5	12.653	19.201
Créditos tributários e previdenciários	6	12.495	11.313
Custos de aquisição diferidos		-	4.086
Seguros	11e	-	1.803
Previdência complementar	12d	-	2.283
Ativo não circulante		991.837	913.436
Realizável a longo prazo		991.721	913.281
Aplicações	4	968.882	866.147
Títulos e créditos a receber		22.839	45.291
Créditos tributários e previdenciários	6	2.404	17.444
Depósitos judiciais e fiscais	13a	19.641	27.425
Outros créditos		794	422
Custos de aquisição diferidos		-	1.843
Seguros	11e	-	627
Previdência complementar	12d	-	1.216
Imobilizado		116	155
Bens móveis		116	155
Total do ativo		14.083.465	14.412.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo	Nota	2017	2016
Passivo circulante		154.984	188.086
Contas a pagar		52.614	35.072
Obrigações a pagar	9	32.508	14.194
Impostos e encargos sociais a recolher		10.138	9.379
Encargos trabalhistas		-	2.284
Impostos e contribuições	10	9.416	7.944
Outras contas a pagar		552	1.271
Débitos das operações com seguros e resseguros		16	-
Operações com seguradoras		16	-
Débitos das operações com previdência complementar		370	1.323
Contribuições a restituir		370	655
Débitos de resseguros		-	543
Outros débitos operacionais		-	125
Depósitos de terceiros	7	21.472	75.843
Provisões técnicas - seguros	11a	11.312	9.516
Pessoas		2.033	3.786
Vida com cobertura de sobrevivência	11d	9.279	5.730
Provisões técnicas - previdência complementar	12b	69.201	66.332
Planos não bloqueados		22.383	19.940
PGBL		46.818	46.392
Passivo não circulante		13.486.256	13.882.354
Contas a pagar		1.491	1.355
Obrigações a pagar	9	1.202	1.090
Outras contas a pagar		289	265
Provisões técnicas - seguros	11a	8.539.874	8.614.570
Vida com cobertura de sobrevivência	11d	8.539.874	8.614.570
Provisões técnicas - previdência complementar	12b	4.888.073	5.181.721
Planos não bloqueados		195.479	193.036
PGBL		4.692.594	4.988.685
Outros débitos		56.818	84.708
Provisões judiciais	13a, b	56.818	84.708
Patrimônio líquido	14	442.224	342.049
Capital social		246.512	246.512
Reservas de capital		47	47
Reservas de lucros		179.419	87.227
Ajuste avaliação patrimonial		16.246	8.263
Total do passivo e patrimônio líquido		14.083.465	14.412.489

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do período	120.908	54.653
Ajustes para:		
Depreciações	39	(19)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.826	(17.982)
Outros ajustes	-	(1)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	294.233	(1.167.622)
Créditos das operações de previdência complementar	-	1.418
Créditos fiscais e previdenciários	4.032	18.347
Ativos de resseguro	1.166	(784)
Depósitos judiciais e fiscais	7.784	(7.263)
Custos de aquisição diferidos	5.929	9.427
Outros ativos	14.726	(11.698)
Impostos e contribuições	82.046	64.710
Outras contas a pagar	486	(2.419)
Débitos de operações com previdência complementar	(953)	880
Depósitos de terceiros	(54.371)	75.166
Provisões técnicas - seguros	(72.900)	888.594
Provisões técnicas - previdência complementar	(290.779)	216.797
Provisões judiciais	(27.890)	46.512
Caixa líquido (consumido)/gerado pelas operações	(36.491)	132.065
Imposto de renda sobre o lucro pago	(44.428)	(35.243)
Contribuição social sobre o lucro pago	(36.146)	(27.565)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	13.708	105.908
(-) Pagamento pela compra de ativo permanente		
Aquisição de imobilizado	-	(133)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	-	(133)
Atividades de financiamento		
Dividendos	(12.980)	(110.000)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(12.980)	(110.000)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	728	(4.225)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.798	9.023
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.526	4.798
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	728	(4.225)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2017	2016
Operações de previdência			
Rendas de contribuições e prêmios	15a	1.077.824	1.505.389
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(1.066.465)	(1.454.771)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		11.359	50.618
Rendas com taxa de gestão e outras taxas	15b	155.562	155.175
Variação de outras provisões técnicas		720	6.413
Benefícios retidos	15c	(9.143)	(41.291)
Custo de aquisição	15d	(5.968)	(25.582)
Outras receitas e despesas operacionais	15e	631	(742)
Operações de seguros			
Contribuições para cobertura de riscos		23.811	24.409
Variações das provisões técnicas de prêmios		190	180
Prêmios ganhos	15a	24.001	24.589
Sinistros ocorridos	15c	(470)	(4.897)
Custo de aquisição	15d	(858)	(1.205)
Outras despesas operacionais	15e	(1.047)	(1.386)
Resultado com operações de resseguro		(806)	955
Despesas administrativas	15f	(5.353)	(77.836)
Despesas com tributos	15g	(15.467)	(18.256)
Resultado financeiro	15h	60.173	36.118
Resultado operacional		213.334	102.673
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		139	22
Resultado antes dos impostos e participações		213.473	102.695
Imposto de renda	15i	(52.772)	(24.738)
Contribuição social	15i	(39.775)	(23.062)
Participações sobre o resultado		(18)	(242)
Lucro líquido do exercício		120.908	54.653
Quantidade de ações		232.366,173	232.366,173
Lucro líquido por ação - R\$		0,52	0,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	120.908	54.653
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	12.053	38.272
Efeitos tributários sobre lucros abrangentes	(4.070)	(17.222)
Total do resultado abrangente do exercício	128.891	75.703
Atribuível aos acionistas controladores	128.891	50.514
Atribuível aos acionistas minoritários	-	25.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

Saldo em 1º de janeiro de 2016	Reservas de Lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Capital	Lucros	(12.787)			
Saldo em 1º de janeiro de 2016	246.512	47	139.756	(12.787)	-	373.528	
Reserva de lucros:							
Dividendos pagos - acionistas majoritários	-	-	(62.857)	-	-	(62.857)	
Dividendos pagos - acionistas minoritários	-	-	(31.345)	-	-	(31.345)	
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	21.050	-	21.050	
Resultado líquido do exercício	-	-	-				



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Kirton Vida e Previdência S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em seguros do ramo vida, inclusive acidentes pessoais, em qualquer uma de suas modalidades ou formas, bem como instituir e operar com planos de previdência complementar aberta, concedendo benefícios de caráter previdenciário na forma de renda continuada ou pagamento único em qualquer de suas modalidades ou formas, em todo o território nacional.

A Companhia, a partir de 31 de julho de 2017 passou a ser controlada pela Kirton Seguros S.A. com a conclusão do processo de incorporação da Kirton Participações e Investimentos Ltda., até então controladora da Companhia. Em última instância, a Companhia é controlada pelo Banco Bradesco.

A partir de 1º de julho de 2016, a Companhia passou a fazer parte da Organização Bradesco, passando a operar sob as diretrizes do novo controlador. Na mesma data, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) deliberou a reformulação do Estatuto Social, adaptando-o aos das demais empresas do Grupo Bradesco, destacando-se a alteração da razão social para Kirton Vida e Previdência S.A. e a nova composição, estrutura e competência da Administração da Companhia, a qual foi aprovada em 26 de agosto de 2016 pela SUSEP através da Portaria SUSEP nº 70/2016. A partir desta data, o faturamento da Companhia passa a ser composto pela emissão das faturas mensais daqueles contratos existentes.

A Administração protocolou um plano de reorganização societária envolvendo as empresas do Grupo Bradesco com objetivo de permitir a consolidação das estruturas das empresas adquiridas do antigo Conglomerado HSBC nos segmentos de seguros, capitalização e previdência, bem como capturar o aproveitamento de sinergia das plataformas de negócios, sistemas e otimização de custos entre as seguradoras adquiridas e as seguradoras pertencentes ao Grupo Bradesco Seguros. O referido plano, protocolado em 14 de fevereiro de 2017 junto a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), foi previamente aprovado por este Órgão Regulador em 11 de abril de 2017, por meio da Carta homologatória n.º 1/2017, bem como foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 8 de junho de 2017. O plano prevê movimentações societárias com objetivo final de que as operações da Kirton Vida e Previdência S.A. sejam incorporadas pela Bradesco Vida e Previdência S.A..

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 31 de janeiro de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro e continuar operando normalmente até a conclusão do referido processo de reestruturação societária do Grupo Bradesco Seguros e subsequente incorporação das atividades pela Bradesco Vida e Previdência em linha com as definições estratégicas do Grupo Bradesco Seguros. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguro; 4 - Aplicações; 11 - Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – seguros; 12 - Provisões técnicas de previdência complementar; e 13 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b). Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo de acordo com a sua realização apresentada na nota 151.

e. Classificação dos contratos de seguros

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

f. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

(i) Disponível e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo, por meio do resultado, são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acréscido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes, apresentados após as demonstrações de resultados. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do período.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Ações

Os títulos de renda variável tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA).

Títulos privados - Certificado de Depósitos Bancários e Letras Financeiras

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras adotada pela Companhia leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a curva do DI ou SELIC; e b) O spread de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a projeção dos contratos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/ marcação a mercado e iv) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

Debênture

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

(vi) Redução do valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor o emissor entrará em processo de falência, ou no desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para a venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados exclusivamente à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

(viii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

g. Ativos de resseguros e retrocessão

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exige as obrigações para com os segurados.

Conforme determinado pelo Órgão Regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de impairment desses ativos são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

h. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos e as despesas com agenciamento de previdência complementar relativas aos planos de PGBL e VGBl são amortizados num período de 60 meses, fundamentados no tempo de permanência do participante na carteira da Companhia.

i. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados para a condução dos negócios.

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis; utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros.

j. Redução do valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

k. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e com base nas notas técnicas atuariais, as quais estão à disposição da SUSEP. A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) dos planos de previdência complementar (PGBL), dos planos de previdência complementar tradicional e de vida com cobertura de sobrevivência (VGBl) representa o montante dos prêmios ou contribuições aportados pelos participantes ou segurados, líquido da taxa de carregamento, acréscido dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada pelo regime financeiro de capitalização.

A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC) é constituída para garantir o cumprimento dos compromissos assumidos com os participantes após a ocorrência do evento gerador do benefício, sendo calculada atuariamente com base na garantia, tábua de mortalidade e taxa de juros contratada. Abrange apenas as rendas a vencer, e é constituída para a cobertura de benefícios decorrentes de planos ou produtos estruturados no regime financeiro de capitalização ou no regime financeiro de repartição de capitais de cobertura.

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada "pró-rata" dia, tomando-se por base as datas de início e fim da vigência dos riscos e respectivas contribuições comerciais do mês e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE).

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial.

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores referentes aos resgates, às restituições, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de run-off semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão de excedente financeiro (PEF) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes financeiros para os produtos em que haja sua previsão contratual, definida em Nota Técnica Atuária e em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes.

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é calculada de forma a refletir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas diretamente ligadas a sinistros ou benefícios, em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes. A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS ambos os sexos e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP.

l. Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Coberturas de Risco	AT49	6%	30%
Coberturas de Risco	AT83	5%	15% a 30%
Coberturas de Risco	CSO58	3% a 5%	15% a 30%
Individual	AT2000	0% a 4%	0% a 10%
Individual	AT49	6%	10%
Individual	AT83	2,8% a 6%	0% a 4%
Individual	BR-EMS	0%	0% a 2%
Coletivo	AT2000/AT49/AT83	0% a 6%	0% a 10%
Coletivo	BR-EMS	0% a 4%	0% a 10%

m. Teste de adequação de passivos (TAP)

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocaíveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas e excedentes financeiros e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. O fluxo referente ao prêmio registrado foi segregado do fluxo referente ao prêmio futuro, uma vez que não pode haver compensação entre os mesmos.

Separamos, ainda, os fluxos de acordo com o regime financeiro: Capitalização (operações de previdência), repartição simples e repartição por capital de cobertura (seguros e coberturas de riscos atreladas a planos de previdência). Não houve compensação entre os regimes.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco (ETTJ) disponibilizada pela ANBIMA.

De acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, o teste deve ser segmentado em seguros de pessoas e danos. A Companhia opera somente com seguros de pessoas e, consequentemente, o cálculo foi realizado considerando os ramos que a Companhia opera de maneira conjunta.

Baseado nas estimativas e premissas determinadas pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes para definição dos fluxos utilizados no teste de adequação dos passivos, não foi identificada insuficiência das provisões avaliadas após as compensações previstas na legislação vigente.

n. Ativos e passivos contingentes (provisões judiciais)

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como possíveis de perda não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

o. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadoria

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs. Ambas empresas fazem parte da Organização Bradesco.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez).

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

p. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15% e posteriormente, conforme Lei nº 13.169/2015 a alíquota foi alterada para 20%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

q. Resultado

As contribuições de previdência privada (PGBL e Tradicional) e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBl), são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As operações de coseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos de contratos proporcionais é realizado de forma consistente com o respectivo período de seguro relacionado, enquanto o diferimento dos prêmios de contratos não proporcionais é realizado em função do período de vigência dos respectivos contratos.

As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência segundo taxas estabelecidas contratualmente. A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com as metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reclassificação de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes e rendimentos auferidos dos títulos mantidos até o vencimento. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP.



Bradesco Seguros

Kirton Vida e Previdência S.A.

(atual denominação da HSBC Vida e Previdência (Brasil) S.A.)

CNPJ Nº 05.607.427/0001-76

CPC 47– Receita de contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração planeja adotar o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018.

A Administração, com base em sua avaliação, concluiu que não haverá impacto significativo em suas demonstrações contábeis. A SUSEP aprovou o CPC 47, conforme Circular SUSEP nº 561, emitida em dezembro de 2017.

CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém em suas orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

O CPC 48/IFRS 9 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB e CVM, por meio da Deliberação CVM 788/2017, aprovou o Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 29/CPC 38 para os períodos anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. A Administração concluiu que, tanto na Companhia como no Consolidado, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, a aplicação de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do IFRS 17.

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, O CPC 06 (R2) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de Janeiro de 2019.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

AIFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Os normativos, CPC 06 (R2), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Os possíveis impactos decorrentes da adoção das normas com início de vigência posterior a 1º de janeiro de 2019, ainda não foram aprovadas pela SUSEP e ANS, e portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Em atendimento à SUSEP nº 521/2015, o Grupo Bradesco Seguros dispõe de Estrutura de Gestão de Riscos, cuja responsabilidade consiste em identificar, avaliar, mensurar, tratar e monitorar os riscos da organização e seus possíveis impactos sobre o negócio.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento dos riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa apresenta o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, funcionários, colaboradores, fornecedores, etc, bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento de riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível sobre o tema, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância, denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, estuda todos os riscos (seguro/subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro (mortalidade) e Risco de sobrevivência (previdência)

O gerenciamento de risco de mortalidade e sobrevivência é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de vida e previdência o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos, conforme menção anterior dos principais produtos comercializados pela Companhia.

Em linhas gerais, a teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros e previdência. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. O risco de seguro inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Risco de seguro é o risco em que a Companhia, assume e faz gestão de um contrato estabelecido entre a Seguradora e o Segurado, para cobertura do risco de ocorrência de sinistro sobre o objeto segurado. Esse risco é estabelecido a partir da contratação de um contrato de seguro pelo segurado e a aceitação pela seguradora, onde constam as cláusulas do contrato, por exemplo, vigência, importância segurada e condições de cancelamento, alteração e outros. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global dos prêmios recebidos. O custo de um sinistro pode ser influenciado por vários fatores.

Risco de sobrevivência para os produtos de Previdência que incluem pagamento de uma renda em determinado evento do contrato, surgem do fato de aumento nas "expectativas de vida" extrapolando as previsões efetuadas no início do contrato. Para estes casos uma constituição de Reserva complementar é requerida com vistas a garantir os pagamentos de rendas futuras. Tanto o risco de mortalidade quanto o risco de sobrevivência, são monitorados mensalmente e gerenciados de forma que os impactos estejam dentro do apetite de risco da Companhia por meio de modelos atuariais que permitem ter uma expectativa futura dos possíveis impactos.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, por meio do processo de Asset Liability Management (ALM). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes e segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos Seguros de Vida e Previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, e por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida e previdência

A Companhia monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas de seguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.

A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhoria da expectativa de vida da população segurada/assistida.

Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam preservar.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de contribuições de previdência e contribuições de risco dos respectivos produtos.

	2017			
	PGBL	Previdência Tradicional	VGBL	Total
Sudeste	221.971	16.619	406.434	645.024
Sul	36.610	6.061	241.823	284.494
Nordeste	6.476	1.799	46.799	55.074
Centro-Oeste	10.942	1.922	74.112	86.976
Norte	7.937	1.168	20.962	30.067
Total	283.936	27.569	790.130	1.101.635
	2016			
	PGBL	Previdência Tradicional	VGBL	Total
Sudeste	242.828	17.392	630.151	890.371
Sul	84.488	6.454	335.516	426.458
Nordeste	11.618	1.852	54.413	67.883
Centro-Oeste	15.208	1.927	82.914	100.049
Norte	10.414	1.155	33.468	45.037
Total	364.556	28.780	1.136.462	1.529.798

Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados do teste estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros	O impacto de uma redução na curva da taxa a termo livre de risco.
Sinistralidade	O impacto de um aumento na sinistralidade para o negócio.
Conversão em Renda	O impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade.
Mortalidade	O impacto de uma redução na mortalidade para contratos de anuidade.
Despesas de manutenção	O impacto de um aumento ou redução nas despesas de manutenção do negócio.

Para cada teste abaixo foram aplicados as sensibilidades descritas em seus respectivos percentuais e a apuração do resultado recalculada. O impacto no patrimônio líquido considera o desconto do imposto sobre o impacto no TAP, entretanto vale ressaltar que todas as análises de sensibilidade mostram suficiência de reserva e não se faz necessária a constituição de reserva para TAP, o que não teria impacto sobre o Patrimônio Líquido efetivamente.

Os ativos de resseguro são imateriais - representam menos de 1% das provisões técnicas, e, portanto, a abertura entre líquido e bruto de resseguro das sensibilidades não foi aplicada devido ao impacto mínimo nos resultados dos testes.

Fator de sensibilidade	Impacto no resultado antes dos impostos	Impacto no patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2017		
Redução na Taxa de Mortalidade em 10%	(15.510)	(8.531)
Aumento no índice de sinistralidade em 10%	(2.720)	(1.496)
Redução no índice de sinistralidade em 10%	2.720	1.496
Aumento nas despesas de manutenção em 10%	(188)	(103)
Redução nas despesas de manutenção em 10%	121	67
Aumento na taxa de juros em 1%	69.904	38.447
Redução na taxa de juros em 1%	(51.630)	(28.396)
Aumento na taxa de Conversão em 50%	11.818	6.500
Redução na taxa de Conversão em 50%	(13.299)	(7.315)

c. Risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte do total da carteira de investimentos está concentrada em títulos de renda fixa pública e operações compromissadas com lastro em título público federal como demonstrado abaixo:

Ativos Financeiros/Rating	AAA	AA	A	BBB	B	Sem rating	Acções	Total
Valor justo por meio do resultado	11.793.719	339.711	396.699	4.673	105.247	8.415	383.240	13.031.704
Títulos de Renda Fixa Privado	1.876.767	339.711	396.699	4.673	105.247	8.415	-	2.731.512
Títulos de Renda Fixa Público	9.916.952	-	-	-	-	-	-	9.916.952
Títulos de Renda Variável	-	-	-	-	-	-	383.240	383.240
Disponíveis para a venda	395.941	-	-	-	-	-	-	395.941
Títulos de Renda Fixa Público	395.941	-	-	-	-	-	-	395.941
Mantidos até o vencimento	601.327	-	-	-	-	-	-	601.327
Títulos de Renda Fixa Público	601.327	-	-	-	-	-	-	601.327
Total	12.790.987	339.711	396.699	4.673	105.247	8.415	383.240	14.028.972

A Administração classificou os títulos públicos na categoria AAA uma vez que a contraparte é o Governo Federal.

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelo Comitê de Investimento do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (Economic Value Equity), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

Fator de Risco	Cenário
Índice Bovespa em pontos	Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços
Taxa Prefixada de 1 ano	75,638
Cupom de IPCA de 1 ano	6,88%
	2,80%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, exceto para as posições em PGBL/VGBL que são desconsideradas nestas análises, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

Dezembro/2017	Fatores de riscos	
	Índices de preços (332)	Total sem correlação (332)
		Total com correlação (332)
Definição	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia esta exposta:

	Fluxo de ativos (i)	Fluxo de passivos (ii)
Fluxo de 1 a 6 meses	46.474	89.798
Fluxo de 6 a 12 meses	53.543	62.378
Fluxo de 12 a 60 meses	603.757	205.261
Fluxo acima de 60 meses	1.494.162	467.166
	2.197.936	824.603

- Os ativos financeiros, compostos pelas aplicações financeiras e caixa equivalentes de caixa, foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais.
- As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando a experiência de mortalidade e longevidade, o comportamento do segurado, que inclui sua experiência de persistência, o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Não estão considerados no estudo os PGBL's e VGBL's.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

f. Risco Operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo;
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.



uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características e peculiaridades de cada empresa do grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, compreendendo a identificação e análise dos riscos materiais, planejamento de capital, realização de testes de estresse com foco na análise de impacto de eventos de severo e alto nível de capitalização, manutenção de plano de contingência de capital, avaliação interna da adequação de capital e elaboração de relatórios gerenciais, atendendo aos requerimentos e limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Em 31 de dezembro de 2017	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.207.747	539.354	282.484	10.002.119	13.031.704	11.261.878	1.769.826
Ações	383.240	-	-	-	383.240	383.240	-
Fundos de Investimento em direito creditório	8.415	-	-	-	8.415	8.415	-
Debêntures	-	42.739	72.678	360.454	475.871	349.263	126.608
Letras do Tesouro Nacional	428	-	10.355	3.327.749	3.338.532	2.622.441	716.091
Letras do Tesouro Nacional - Operação compromissada	1.408.315	-	-	-	1.408.315	1.408.315	-
Letras Financeiras de emissores privados	-	425.284	1.606	8.437	435.327	250.695	184.632
Letras Financeiras do Tesouro	3.765	71.331	197.668	4.003.359	4.276.123	4.040.228	235.895
Letras Financeiras do Tesouro - Operação compromissada	398.368	-	-	-	398.368	398.368	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	177	2.302.120	2.302.297	1.795.697	506.600
Notas do Tesouro Nacional - Operação compromissada	5.216	-	-	-	5.216	5.216	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	9.700	386.241	395.941	368.864	27.077
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	110.852	110.852	110.764	88
Notas do Tesouro Nacional	-	-	9.700	275.389	285.089	258.100	26.989
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	18.686	582.641	601.327	601.327	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	18.686	582.641	601.327	601.327	-
Total	2.207.747	539.354	310.870	10.971.001	14.028.972	12.232.069	1.796.903
Em 31 de dezembro de 2016	1.687.012	75.112	1.443.668	10.191.882	13.397.674	13.256.288	141.386
Ações	395.392	-	-	-	395.392	395.392	-
Certificado de Depósito Bancário	21.536	40.467	-	-	62.003	62.003	-
Fundos de Investimento em direito creditório	34.018	-	-	-	34.018	34.018	-
Debêntures	-	22.649	18.796	979.074	1.020.519	1.043.697	(23.178)
Debêntures - Operação compromissada	-	-	271.275	-	271.275	271.275	-
Letras do Tesouro Nacional	32.069	-	-	3.790.126	3.822.195	3.591.673	230.522
Letras Financeiras de emissores privados	111.532	11.698	1.076.369	654.770	1.854.369	1.848.352	6.017
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	77.228	2.526.214	2.603.442	2.881.258	(277.816)
Letras Financeiras do Tesouro - Operação compromissada	917	-	-	-	917	917	-
Notas Comerciais	23.863	-	-	-	23.863	23.863	-
Notas do Tesouro Nacional	-	298	-	2.241.698	2.241.996	2.036.155	205.841
Notas do Tesouro Nacional - Operação compromissada	1.067.685	-	-	-	1.067.685	1.067.685	-
Títulos disponíveis para venda	-	22.165	23.116	273.665	318.946	303.922	15.024
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	464	5.921	6.385	6.395	(10)
Notas do Tesouro Nacional	-	22.165	22.652	267.744	312.561	297.572	15.034
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	6.120	592.482	598.602	598.602	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	6.120	592.482	598.602	598.602	-
Total	1.687.012	97.277	1.472.904	11.058.029	14.315.222	14.158.812	156.410

c. Movimentação das aplicações financeiras

	2017				
	1º de janeiro	Aplicação	Resgate	Rendimento	31 de dezembro
Quotas de fundos de investimento exclusivos	13.397.674	1.634.226	(3.280.853)	1.280.657	13.031.704
Letras Financeiras do Tesouro(*)	6.385	98.970	(499)	5.996	110.852
Notas do Tesouro Nacional(*)/Fundos de investimentos	911.163	26.607	(130.726)	79.372	886.416
Total	14.315.222	1.759.803	(3.412.078)	1.366.025	14.028.972
	2016				
	1º de janeiro	Aplicação	Resgate	Rendimento	31 de dezembro
Quotas de fundos de investimento exclusivos	12.261.578	1.416.102	(1.956.870)	1.676.864	13.397.674
Letras Financeiras do Tesouro(*)	50.064	31.723	(81.462)	6.060	6.385
Notas do Tesouro Nacional(*)/Fundos de investimentos	814.908	95.780	(113.789)	114.264	911.163
Total	13.126.550	1.543.605	(2.152.121)	1.797.188	14.315.222

(*) Para títulos classificados na categoria disponível para venda, o valor do rendimento apresentado inclui o montante de R\$12.053 (R\$ 38.273 em 2016) relativo à variação do efeito de marcação a mercado.

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2017	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado	10.300.192	2.731.512	13.031.704
Ações	383.240	-	383.240
Fundos de Investimento em Renda Fixa	-	8.415	8.415
Debêntures	-	475.871	475.871
Letras do Tesouro Nacional	3.338.532	-	3.338.532
Letras do Tesouro Nacional - Op. Compromissada	-	1.408.315	1.408.315
Letras Financeiras de emissores privados	-	435.327	435.327
Letras Financeiras do Tesouro	4.276.123	-	4.276.123
Letras Financeiras do Tesouro - Op. Compromissada	-	398.368	398.368
Notas do Tesouro Nacional	2.302.297	-	2.302.297
Notas do Tesouro Nacional - Op. Compromissada	-	5.216	5.216
Títulos disponíveis para venda	395.941	-	395.941
Letras Financeiras do Tesouro	110.852	-	110.852
Notas do Tesouro Nacional	285.089	-	285.089
Títulos mantidos até o vencimento (*)	659.659	-	659.659
Notas do Tesouro Nacional	659.659	-	659.659
Total	11.355.792	2.731.512	14.087.304
Em 31 de dezembro de 2016	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado	9.063.025	4.334.649	13.397.674
Ações	395.392	-	395.392
Certificado de Depósito Bancário	-	62.003	62.003
Fundos de Investimento em direito creditório	-	34.018	34.018
Debêntures	-	1.020.519	1.020.519
Debêntures - Op. Compromissada	-	271.275	271.275
Letras do Tesouro Nacional	3.822.195	-	3.822.195
Letras Financeiras de emissores privados	-	1.854.369	1.854.369
Letras Financeiras do Tesouro	2.603.442	-	2.603.442
Letras Financeiras do Tesouro - Op. Compromissada	-	917	917
Notas Comerciais	-	23.863	23.863
Notas do Tesouro Nacional	2.241.996	-	2.241.996
Notas do Tesouro Nacional - Op. Compromissada	-	1.067.685	1.067.685
Títulos disponíveis para venda	318.946	-	318.946
Letras Financeiras do Tesouro	6.385	-	6.385
Notas do Tesouro Nacional	312.561	-	312.561
Títulos mantidos até o vencimento (*)	628.779	-	628.779
Notas do Tesouro Nacional	628.779	-	628.779
Total	10.010.750	4.334.649	14.345.399

(*) Refere-se ao valor justo na data-base indicada.

e. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Total das provisões técnicas	13.508.460	13.872.139
Total a ser coberto (A)	13.508.460	13.872.139
Aplicações em títulos e quotas de fundos de investimentos	13.787.819	14.340.498
Total dado em cobertura (B)	13.787.819	14.340.498
Suficiência (B) - (A)	279.359	468.359

f. Desempenho e taxas médias contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2017, o desempenho global das aplicações, atingindo 86,43% do CDI no acumulado do período e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram 6,34% + IPCA, 6,56% + IGPM (títulos pré fixados) e 100% da taxa Selic (títulos pós fixados).

g. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos futuros em fundos de investimentos cujos diferenciais a pagar ou a receber (ajustes) são liquidados diariamente. Conforme determina a regulamentação vigente, as operações com contratos derivativos podem ser realizadas nas carteiras e fundos de investimentos da Companhia desde que tenham como objetivo a proteção das carteiras, podendo, também, realizar operações de síntese de posição do mercado à vista; não podendo, todavia, gerar cumulativamente com as posições detidas à vista, exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido de cada fundo de investimento.

Para os contratos futuros de DI realizamos operações de síntese de posição do mercado à vista e proteção contra os efeitos da variação dos preços das Letras do Tesouro Nacional e das Notas do Tesouro Nacional (séries F e B). Considerando o que determina a legislação vigente, as operações com derivativos realizadas nas carteiras e fundos de investimento da Companhia, tem por objetivo a proteção das carteiras, não gerando perdas ou ganhos devido à contrapartida do resultado do ativo objeto da proteção.

Em 31 de dezembro de 2017 o diferencial a pagar/receber registrado em conta de passivo dos fundos totalizava R\$ (6.603), conforme demonstrativo a abaixo:

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	13.031.704	92,89%	13.397.674	93,59%
Fundos de investimentos de renda fixa	271.905	1,94%	264.523	1,85%
Fundos de investimento especialmente constituídos - PGBL / VGBL	12.759.799	90,95%	13.133.151	91,74%
Títulos disponíveis para venda	395.941	2,82%	318.946	2,23%
Notas do tesouro nacional	285.089	2,03%	312.561	2,18%
Letras financeiras do tesouro	110.852	0,79%	6.385	0,05%
Títulos mantidos até o vencimento	601.327	4,29%	598.602	4,18%
Fundos de investimento de renda fixa	26.223	0,19%	25.545	0,18%
Notas do tesouro nacional	575.104	4,10%	573.057	4,00%
Total	14.028.972	100,00%	14.315.222	100,00%

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

	2017	2016
Fundos de investimentos vinculados	13.397.674	13.256.288
PGBL/VGBL	10.191.882	11.058.029
Futuro de Ibovespa	43	8
Swap	-	-
Futuro DI	110	98
Total	69.891	(2.137.255)

5. Títulos e créditos a receber

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de administração de gestão de fundos	12.510	17.064
Outros títulos e créditos a receber	143	2.137
Total	12.653	19.201

6. Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda	33	-
Decorrentes de diferenças temporárias (nota16i)	14.821	28.717
Outros créditos tributários e previdenciários	45	40
Total	14.899	28.757
Curto prazo	12.495	11.313
Longo prazo	2.404	17.444

7. Depósitos de terceiros

a. Composição

	31/12/2017	31/12/2016
Valores a reclassificar - previdência	21.471	75.843
Total	21.471	75.843

b. Tempo de permanência

	31/12/2017	31/12/2016
de 1 a 30 dias	19.364	75.843
de 31 a 60 dias	883	-
de 61 a 90 dias	447	-
de 91 a 180 dias	177	-
de 181 a 365 dias	593	-
Acima de 365 dias	7	-
Total	21.471	75.843

8. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos na data do balanço, bem como as receitas (despesas) dos períodos, estão apresentados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016	
Ativo	1.903.087	Despesas (1.403)	
Disponibilidades	236	Custo de aquisição/Comissão (137)	
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	236	Kirton Corretora de Seguros S.A (empresa ligada)	(137)
Aplicações (*)	1.902.851	Prestação de Serviços de Custódia (71)	
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	1.902.851	Banco Bradesco S.A. (controlador final)	(71)
Passivo	28.716	Taxa de administração de fundos (1.082)	
Dividendos a pagar	28.716	Bradesco Asset Management S.A. (empresa ligada) (1.002)	
Kirton Seguros S.A. (controladora direta)	28.716	Despesas com aluguéis (113)	
		Banco Bradesco S.A. (controlador final)	(113)
Total (Ativo - Passivo)	1.874.371	Total (Receita - Despesa)	(1.403)

Tal como indicado na Nota Explicativa 1, em 1º de julho de 2016, a Companhia passou a fazer parte da Organização Bradesco, razão pela qual os saldos comparativos não foram considerados como transações com partes relacionadas uma vez que foram realizadas no contexto do Grupo HSBC antes da aquisição pelo Banco Bradesco.

(*) Contempla operações compromissadas, letras financeiras e ações.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores abdicaram-se do direito ao recebimento de qualquer valor a título de remuneração, posto que já recebem honorários de outra empresa da Organização Bradesco.

9. Obrigações a pagar

	31/12/2017	31/12/2016
Dividendos propostos (nota 8)	28.716	12.981
Créditos administrativos	3.233	1.090
Provisão programa de remuneração variável/PLR	-	953
Outros	1.761	260
Total	33.710	15.284
Curto Prazo	32.508	14



b. Provisão de sinistros a liquidar - seguros

	2017				31 de dezembro
	1º de janeiro	Constituições	Pagamentos	Reversões	
Acidentes pessoais.....	908	48	(42)	(554)	360
Vida em grupo.....	1.989	269	(356)	(430)	1.472
Total	2.897	317	(398)	(984)	1.832

	2016				31 de dezembro
	1º de janeiro	Constituições	Pagamentos	Reversões	
Acidentes pessoais.....	589	515	(99)	(96)	908
Vida em grupo.....	1.628	1.624	(636)	(627)	1.989
Prestamista.....	-	4	(4)	-	-
Total	2.217	2.143	(739)	(724)	2.897

c. Provisão despesas relacionadas - seguros

	2017				31 de dezembro
	1º de janeiro	Constituições	Reversões		
Acidentes pessoais.....	183	-	(147)		36
Vida em grupo.....	386	6	(245)		147
Total	569	6	(392)		183

	2016				31 de dezembro
	1º de janeiro	Constituições	Reversões		
Acidentes pessoais.....	123	115	(55)		183
Vida em grupo.....	463	91	(169)		385
Total	586	206	(224)		568

d. Movimentação de provisões técnicas de vida com cobertura de sobrevivência

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	8.620.300	7.732.631
Constituição do exercício.....	804.745	1.105.389
Portabilidades aceitas (cedidas).....	(811.124)	(411.483)
Juros e atualização monetária.....	820.180	1.062.665
Pagamentos de benefícios e resgates.....	(884.948)	(868.902)
Saldo em 31 de dezembro	8.549.153	8.620.300
Curto prazo	9.279	5.730
Longo prazo	8.539.874	8.614.570

e. Movimentação de custos de aquisição diferidos - seguros

	2017 (*)	2016
Saldo em 1º de janeiro	2.430	9.467
Constituição de custo de aquisição.....	39	100
Apropriação de despesas incorridas no exercício.....	(2.469)	(7.137)
Saldo em 31 de dezembro	-	2.430
Curto prazo	-	1.803
Longo prazo	-	627

(*) Em linha com o processo de reorganização societária do Grupo Bradesco Seguros as novas vendas realizadas no exercício de 2017, passaram a ser realizadas em outras Companhias do Grupo.

12 Provisões técnicas de previdência complementar

a. Composição das provisões técnicas de previdência complementar

	2017			2016		
	PGBL	Tradi- cional (*)	Total	PGBL	Tradi- cional (*)	Total
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) ..	4.246.657	101.294	4.347.951	4.547.403	97.819	4.645.222
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBBC) ...	487.818	102.137	589.955	483.184	103.566	586.750
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR).....	3.265	1.627	4.892	3.678	1.816	5.494
Provisão de Excedentes Financeiros (PEF).....	1.066	4.699	5.765	510	441	951
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PNNG).....	-	877	877	-	1.019	1.019
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL).....	-	5.590	5.590	-	6.472	6.472
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR).....	-	1.638	1.638	-	1.843	1.843
Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) ...	606	-	606	302	-	302
Total	4.739.412	217.862	4.957.274	5.035.077	212.976	5.248.053

(*) Inclui valores de cobertura de risco contratadas em conjunto com o plano de renda.

b. Movimentação das provisões técnicas de previdência

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	5.248.053	5.031.256
Constituição.....	301.668	377.640
Portabilidades aceitas (cedidas).....	(634.927)	(320.012)
Juros e atualização monetária.....	473.397	675.365
Pagamentos de benefícios e resgates.....	(430.712)	(514.051)
Sinistros ocorridos mas não avisados.....	(205)	(2.145)
Saldo em 31 de dezembro	4.957.274	5.248.053
Curto prazo	69.201	66.332
Longo prazo	4.888.073	5.181.721

c. Movimentação de provisões de sinistros a liquidar de previdência

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	6.472	5.765
Constituição.....	6.422	2.309
Atualização monetária.....	534	6.746
Pagamentos e cancelamentos.....	(7.838)	(8.348)
Saldo em 31 de dezembro	5.590	6.472

d. Movimentação de custos de aquisição diferidos - previdência complementar

	2017 (*)	2016
Saldo em 1º de janeiro	3.499	5.888
Constituição de custo de aquisição.....	857	17.260
Apropriação de despesas incorridas no exercício.....	(4.356)	(19.649)
Saldo em 31 de dezembro	-	3.499
Curto prazo	-	2.283
Longo prazo	-	1.216

(*) Em linha com o processo de reorganização societária do Grupo Bradesco Seguros as novas vendas realizadas no exercício de 2017, passaram a ser realizadas em outras Companhias do Grupo.

e. Desenvolvimento de sinistros e benefícios

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros brutos de resseguro

Ano de ocorrência	Ano de aviso do sinistro											
	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Montante de sinistros avisados												
No ano do aviso.....	124.157	32.848	16.144	10.564	7.710	6.398	2.606	3.752	3.055	2.489	389	
Um ano após o aviso.....	126.139	32.161	16.562	8.952	7.290	6.922	3.596	3.973	2.811	3.207	-	
Dois anos após o aviso.....	129.045	32.781	16.973	8.957	7.753	6.591	3.435	4.405	2.806	-	-	
Três anos após o aviso.....	130.950	33.222	16.645	9.113	7.795	6.379	4.273	4.334	-	-	-	
Quatro anos após o aviso.....	131.329	33.613	16.667	8.974	8.479	7.241	3.960	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso.....	130.407	33.973	16.743	8.962	8.066	6.645	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso.....	131.040	33.657	16.316	8.920	7.985	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso.....	131.591	34.020	16.467	9.153	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso.....	132.797	35.156	16.476	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso.....	137.603	35.156	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos após o aviso.....	136.053	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros em 31 de dezembro de 2017.....	136.053	35.156	16.476	9.153	7.985	6.645	3.960	4.334	2.806	3.207	389	226.164
Montante pago.....	(134.229)	(34.535)	(16.324)	(9.091)	(7.909)	(5.044)	(3.344)	(3.338)	(2.319)	(2.436)	(173)	(218.742)
Posição de sinistros em 31 de dezembro de 2017.....	1.824	621	152	62	76	1.601	616	996	487	771	216	7.422

O valor do resseguro da PSL monta R\$ 840 (R\$ 1.891 em 31 de dezembro de 2016).

f. Demonstrativo do desempenho das provisões relacionadas a sinistros/benefícios

	31/12/2017	31/12/2016
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas.....	497	5.866
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício.....	148	2.133
Processos encerrados sem pagamento no exercício, para os quais havia provisão constituída.....	2.562	5.739
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas.....	-	165

13 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

i. Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da Companhia não têm valores relevantes.

ii. Processos cíveis

As ações referentes à devolução de contribuições de planos previdenciários, à cobrança de benefícios e indenizações, sendo assuntos repetidos a devolução de contribuições de planos previdenciários, à cobrança de benefícios e indenizações por danos morais.

a. Composição das provisões e depósitos judiciais e fiscais

	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
Trabalhistas.....	56.583	19.042	84.531	26.663
Cíveis.....	235	178	177	81
Total	56.818	19.220	84.708	26.744

Em depósitos judiciais de ações cíveis, não estão incluídos R\$ 421 (R\$ 681 em 31 de dezembro de 2016), referentes a depósitos judiciais de sinistros a liquidar, cuja provisão está no grupo de Provisões técnicas - Provisão de sinistros a liquidar.

b. Movimentação das provisões judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-	84.531	177	84.708
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	-	(14.379)	237	(14.142)
Pagamentos.....	-	(13.569)	(179)	(13.748)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	56.583	235	56.818

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	37.646	536	38.196
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	(14)	55.996	(272)	55.710
Pagamentos.....	-	(9.111)	(87)	(9.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	84.531	177	84.708

c. Causas judiciais avaliadas como possíveis e não provisionadas

A Companhia possui contingências passivas fiscais, classificadas como risco possível, para as quais não há provisão constituída. A maior parte deste valor se refere à discussão de PIS e COFINS, do valor de R\$115.993 (R\$95.286 em 31 de dezembro de 2016). Em relação a esses tributos a Companhia recebeu autuação fiscal, em agosto de 2017 de R\$ 10.643, incluída neste montante.

Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definido o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e tem curso, em sua maioria, na esfera administrativa federal, exceto por um dos processos que tem curso na esfera judicial. O risco de perda desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos.

Com a edição da Lei 12.973, artigo 2º, a Companhia adotou a partir de 1º de janeiro 2015 como base de cálculo de PIS e COFINS as receitas com contribuições de planos previdenciários deduzidas de sua respectiva constituição de provisões técnicas, desta forma, começando a efetuar o recolhimento sobre o seu objetivo principal.

A Companhia recebeu, em dezembro de 2017, uma autuação fiscal relacionada a IRPJ e CSLL no montante de R\$21.029, a qual foi classificada na sua avaliação de risco como Possível de perda e será objeto de contestação administrativa junto à Receita Federal do Brasil.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, subscrito e integralizado, é representado por 232.366.173 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A distribuição de lucros foi calculada como segue:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	120.908	54.653
Constituição de reserva legal.....	(6.045)	(2.733)
Base de cálculo dos dividendos	114.863	51.920
Dividendos propostos.....	28.716	12.980
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25%	25%

b. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento da capital social.

A reserva estatutária é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita a deliberação em Assembleia Geral.

c. Ajustes com títulos e valores mobiliários

Refere-se aos efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda.

d. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Gestão de Capital

O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 (alterada pelas Resoluções CNSP nº 343/2016 e 360/2017), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

	2017
Patrimônio líquido contábil	442.224
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	56.740
Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento.....	32.082
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas no cálculo da PCC.....	24.658
Patrimônio líquido Ajustado (PLA)	498.964



i. Imposto de renda e contribuição social

i. Encargos devidos sobre as operações do exercício

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após participações no lucro) ...	213.455	102.453
Imposto de renda e contribuição social	(96.054)	(46.104)
Exclusões/(adições) permanentes	(260)	(682)
Contribuições e doações	(237)	(569)
Outras	(23)	(113)
Outros ajustes	3.767	(1.014)
Incentivos fiscais e adicional de imposto de renda	759	1.088
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	1.501	-
Efeito do imposto diferido registrado com alíquota de 40%	1.507	(2.249)
Outros	-	147
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do exercício	(92.547)	(47.800)
Alíquota efetiva	43,4%	46,7%

Composição da conta de despesa com imposto de renda e contribuição social

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(82.721)	(65.782)
Impostos diferidos		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(9.826)	17.982
Total	(92.547)	(47.800)

ii. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldos em 31/12/2016	Constituição/ (realização)	Saldos em 31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	34.247	(9.370)	24.877
Gratificações e participações no resultado	601	(542)	59
Provisão para honorários advocatícios	110	11	121
Outros	520	75	595
Total dos créditos tributários ativos - sobre diferenças temporárias	35.478	(9.826)	25.652
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo			
Ajuste de títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	(6.761)	(4.070)	(10.831)
Total dos créditos tributários passivos	(6.761)	(4.070)	(10.831)
Créditos tributários líquidos	28.717	(13.896)	14.821

	Saldos em 01/01/2016	Constituição/ (realização)	Saldos em 31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	15.536	18.711	34.247
Gratificações e participações no resultado	1.623	(1.022)	601
Provisão para honorários advocatícios	241	(131)	110
Outros	96	424	520
Total dos créditos tributários ativos - sobre diferenças temporárias	17.496	17.982	35.478
Ajuste de títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	11.139	(11.139)	-
Total dos créditos tributários passivos	28.635	6.843	35.478
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo			
Ajuste de títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	(676)	(6.085)	(6.761)
Total dos créditos tributários passivos	(676)	(6.085)	(6.761)
Créditos tributários líquidos	27.959	758	28.717

iii. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Ano	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2018	7.055	5.363	12.418
2019	3.547	2.665	6.212
2020	1.829	1.374	3.203
2021	1.373	1.032	2.405
2022 em diante	809	605	1.414
Total	14.613	11.039	25.652

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa real de juros, líquida dos efeitos tributários é de R\$24.732 (R\$33.998 em 31 de dezembro de 2016).

16 Outras informações

a. Plano de aposentadoria complementar

A Companhia foi patrocinadora de um plano de aposentadoria complementar para os seus funcionários, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização. As contribuições totalizaram R\$ 204 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 138 em 31 de dezembro de 2016).

b. Relatório de Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador) em 06 de fevereiro de 2018, nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Diretoria¹

Jorge Pohlmann Nasser
Diretor-Geral

Curt Cortese Zimmermann
Diretor-Gerente

Ivan Luiz Gontijo Júnior
Diretor-Gerente

Jair de Almeida Lacerda Júnior
Diretor-Gerente

Marco Antonio Messere Gonçalves
Diretor-Gerente

Bernardo Ferreira Castello
Atuário - MIBA N°1717

Alexandre Nogueira da Silva
Diretor

Claudio Frota Leão Feitosa
Diretor

Eugênio Liberatori Velasques²
Diretor

Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa
Diretor

Eduardo Duarte da Silva
Contador CRC 1PR 057518/O-8 (S/SP)

(1) Ressalta-se que, até 30 de junho de 2016, o HSBC Latin America Holdings (UK) limited era acionista controlador do HSBC Bank e de suas controladas, sendo responsável por todos os atos e informações, antes do fechamento da venda das ações de emissão do HSBC Brasil para seus atuais controladores, 1º de julho de 2016. Os atuais controladores e novos administradores da Companhia, foram nomeados em 1º de julho de 2016, após renúncia dos antigos diretores.

(2) Na Assembleia Geral Extraordinária de 22 de janeiro de 2018, foi registrado o pedido de renúncia do diretor Eugenio Liberatori Velasques, bem como a designação de suas atividades entre os demais diretores da Companhia perante a SUSEP.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Kirton Vida e Previdência S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Kirton Vida e Previdência S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kirton Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Reorganização Societária

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n°1 – Contexto operacional, que descreve que foi aprovado um plano de reorganização societária do Grupo Bradesco, no qual a Companhia está inserida. Neste processo de reorganização está previsto que a Companhia será incorporada por outra empresa do Grupo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de fevereiro de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Erika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da

Kirton Vida e Previdência S.A.

São Paulo – SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Kirton Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Kirton Vida e Previdência S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Kirton Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os

referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos quadros estatísticos e FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55 - CIBA 48

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A. 04711-904 São Paulo – SP – Brasil

Anexo I Kirton Vida e Previdência S.A. (Em milhares de Reais)

	31/12/2017
1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	
Total de provisões técnicas	13.508.460
Total de provisões técnicas auditadas	13.508.460
Total de ativos de resseguro	853
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2017
Provisões Técnicas (a)	13.508.460
Valores redutores (b)	-
Total a ser coberto (a-b)	13.508.460
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2017
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	220.502
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	220.502
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2017
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	498.964
Exigência de Capital (CMR) (b)	220.502
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	278.462
Ativos Garantidores (d)	13.787.819
Total a ser Coberto (e)	13.508.460
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	279.359
Ativos Líquidos em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas (g)	279.359
Capital de Risco (CR) (h)	220.838
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	126%
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2017
0936, 0969, 0977, 0980, 0981, 0982, 0990, 0991, 0993, 1336, 1369, 1377, 1380, 1381, 1390, 1391, 1597	10.000

(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.